

AGUSTINA BESSA-LUÍS BIÓGRAFA: SEBASTIÃO JOSÉ

ANAMARIA FILIZOLA
Universidade Federal do Paraná

“Há só o homem e o enigma; e o nome escrito em papéis”.
Agustina Bessa-Luís

À GUIA DE INTRODUÇÃO

Este texto que ora se publica, é, com algumas alterações, um dos capítulos de minha tese de doutoramento, que versa sobre as biografias escritas por Agustina Bessa-Luís¹. São cinco textos que aparecem assim classificados nas listas de obras da Autora, publicadas nos livros da Guimarães Editores, que é a casa editora que edita a maior parte de sua bibliografia ativa, e muitos dos trabalhos sobre sua obra².

O leitor contumaz da obra de Agustina, todavia, sabe o quanto o elemento biográfico lhe é caro; ele aparece nos ensaios, que recentemente foram publicados, e também de diversas maneiras na obra de ficção. A sua insistente presença ao longo da obra, por si já justificaria um estudo sobre o biográfico, o que fica reforçado pela existência das cinco biografias, as quais, diga-se de passagem, pouca atenção mereceram por parte da crítica e nunca foram estudadas como uma série à parte no conjunto das obras da ficcionista.

Há que se fazer uma ressalva, contudo: nas entrevistas em que é questionada sobre as biografias, Agustina Bessa-Luís faz sempre referência às três primeiras; em alguns casos isto se justifica porque naquela altura ainda não

¹ FILIZOLA, Anamaria. *O cisco e a ostra*: Agustina Bessa-Luís biógrafa. Campinas, 2000. Tese (Doutorado em Teoria Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem/Unicamp, orientada pelo Prof. Dr. Haqira Osakabe.

² BESSA-LUÍS, Agustina. *Santo António*. Lisboa: Guimarães, 1973; _____. *Florbelas Espanca* – a vida e a obra. Lisboa: Arcádia, 1979; _____. *Sebastião José*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981; _____. *Longos dias têm cem anos* – presença de Vieira da Silva. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982; _____. *Martha Telles* – O castelo onde irás e não voltarás. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.

havia escrito *Longos dias têm cem anos e/ou Martha Telles*. Mas isto acontece mesmo depois de as ter escrito; no entanto, é preciso notar que estas duas obras diferenciam-se das precedentes por algumas razões: as duas pintoras ainda estavam vivas na ocasião em que os textos foram escritos; os textos foram encomendados para servirem de introdução a uma publicação com reprodução de pinturas³; trata-se mais de “perfis biográficos” do que propriamente de duas biografias, pela sua relativa brevidade, justificada justamente pela função que lhes é solicitada. Atualmente, poder-se-ia acrescentar a esta lista o texto de *As meninas*⁴, que comenta a vida e a obra da pintora Paula Rego.

A escolha de *Sebastião José* se dá porque é a biografia mais bem-comportada de todas as que Agustina Bessa-Luís escreveu. Em que pese serem todas diferentes, há as que se distanciam de uma escrita biográfica mais modelar, digamos assim, e a que se aproxima, que é esta. As razões para tais afirmações se explicitam ao longo do ensaio.

SEBASTIÃO JOSÉ

*Sebastião José*⁵ é a terceira das biografias agustinianas. Assim como *Florabela Espanca* - a vida e a obra, foi encomendada à Autora, esta por ocasião do segundo centenário da morte do Marquês de Pombal (1699-1782). A edição contou com o patrocínio da Secretaria de Estado da Cultura, da Fundação Calouste Gulbenkian e do Instituto Português do Livro, o que lhe dá uma chancela oficial.

Após o texto da biografia, há uma iconografia com a reprodução de retratos de alguns personagens que freqüentam as páginas escritas por Agustina Bessa-Luís, assim como gravuras da cidade de Lisboa antes, durante e depois do

³ Trata-se da coleção “Arte e artistas”.

⁴ REGO, Paula & BESSA-LUÍS, Agustina. *As meninas*. Lisboa: Três Sinais, 2001. Há uma diferença significativa, porém: ao invés de ser um texto que antecede as reproduções de obras de Paula Rego, o texto de Agustina segue junto com as pinturas, que têm alguns detalhes destacados, e faz comentários pontuais sobre as pinturas. Nos outros dois textos há referências específicas a certas obras de Vieira da Silva ou de Martha Telles, mas muitas vezes estas obras não estão presentes na seleção que é publicada; o contrário também acontece. Também bastante diferente é a dimensão das publicações.

⁵ *Sebastião José*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1981. Segundo consta na última página do livro, “desta edição fez-se uma tiragem especial de duzentos e cinquenta exemplares encadernada, no formato dezoito por vinte e cinco em papel IA oitenta gramas creme com vergê autografada pela autora, sendo: vinte e cinco exemplares numerados I/XXV; vinte e cinco exemplares numerados I/25 FM; duzentos exemplares numerados I/200 e ainda a tiragem normal de cinco mil exemplares”. Houve uma segunda edição portuguesa em 1984 e uma edição brasileira, pela Nova Fronteira, em 1990. Todas as citações são da primeira edição portuguesa.

terremoto. Outros fatos importantes acontecidos durante o período em que o Marquês esteve no poder estão igualmente ilustrados: o atentado ao Rei, com a conseqüente execução dos acusados, e a expulsão dos jesuítas. Uma pintura do rio Douro reproduz o local onde se iniciou a obra que possibilitou a navegação e o transporte do vinho do Porto, e outra mostra um grupo de pessoas num baile da Corte, em 1785.

Consta também uma vasta bibliografia sobre o Marquês e o período em que viveu, abrangendo não só Portugal como outros países europeus, em especial a França. É rara a publicação das fontes consultadas por Agustina Bessa-Luís, aliás, isso só acontece duas vezes – em *Sebastião José* e em *A monja de Lisboa*. Em *Santo António* só há um índice remissivo dos nomes de pessoas citadas, e nem todas são, necessariamente, autores consultados; em *Florbela Espanca* não há bibliografia e embora sejam nomeadas muitas pessoas que escreveram sobre a poetisa, as obras nunca são referidas, analogamente a outros livros para os quais concorreu pesquisa de amplo material, como é o caso de *Adivinhas de Pedro e Inês*. O mesmo se dá com os ensaios. O resultado que é dado a ler é um texto em que as idéias alheias são incorporadas após serem “digeridas” por Agustina Bessa-Luís, numa atitude “antropofágica”.

No caso de *Sebastião José* e d'*A Monja de Lisboa* parece haver uma intenção de “prestar contas” de investigações que envolveram pessoas e instituições em que se reflete, de alguma forma, o caráter oficial já mencionado.

A RECEPÇÃO DA OBRA

Por conta das celebrações em torno da controversa figura daquele que foi o ministro todo-poderoso do rei D. José I, a biografia merece atenção por parte da crítica.

Terminado de imprimir em novembro de 1981, em 14 de janeiro do ano seguinte, o caderno “Cultura” do *Diário de Notícias* dedica este número à discussão desta obra de Agustina Bessa-Luís. Há quatro artigos assinados que tratam da figura do Marquês e de *Sebastião José*⁶. Vou deter-me no que diz Cecília Barreira.

A articulista contextualiza *Sebastião José* na efeméride do bicentenário da morte do Marquês, contrastando essas celebrações com as acontecidas há um século, quando se apropriaram da figura de Pombal facções políticas antagônicas – a do monarquismo constitucional e a do Partido Republicano –

⁶ BARREIRA, Cecília. Pombal na literatura e os mecanismos do poder; SIMÕES, João Gaspar. Agustina retrata Sebastião José; FILIPE, Rafael Gomes. Um samurai letrado. VALDEMAR, António. Abordagem cultural de um processo histórico. *Diário de Notícias*, Cultura, Lisboa, 14.01.82, pp. 1-2.

que reverenciavam em sua pessoa o *Poder* de um Estado que ele organizara: “Maravilhava filtrar o perfil de um actor que tão eficazmente dominara os mecanismos da governação e construía um Estado”, diz Barreira.

Igualmente Cecília Barreira observa que “De Garrett (*A Sobrinha do Marquês*, 1848) a Pinheiro Chagas (*O Terramoto de Lisboa*), Campos Júnior, Rocha Martins, Mário Domingues, etc. etc., muito se escreveu sobre o carismático estadista”. Ela dá destaque ao virulento *Perfil do Marquês de Pombal*, de Camilo Castelo Branco, publicado por ocasião do centenário, como exemplo de posições radicalmente maniqueístas a respeito do Marquês, para então cotejar com o trabalho de Agustina Bessa-Luís:

Propositadamente ou não, Agustina Bessa-Luís ao escolher para título do seu mais recente estudo Sebastião José - e não como corriqueiramente se poderia esperar, Marquês de Pombal - transgredir os códigos dessa memória, para (nos) proporcionar um posicionamento estritamente histórico, psicológico e mental da figura: [...]

Contudo, a proposta de Agustina Bessa-Luís é totalmente diferente: é antes uma contraproposta. Revisitar uma época através dos percalços, dos temores, dos tiques, da(s) conduta(s) de uma personagem. Adivinhar as tensões psicológicas, os preconceitos morais e mentais que lhe antecedem as decisões marcantes. Sebastião José é um homem isolado, estranhamente só, de um cinismo mais esquivo do que assumido. O retrato não é simples. Estamos habituados às cores fortes, individualizadas, esgotando-se na antinomia que elas representam aos nossos olhos: branco e (contra) preto; verde e (contra) vermelho. [...] Daí que nos desorientamos com o retrato que Agustina pinta dessa sociedade e desse homem que nela se enfrenta e com ela partureja um destino outro para o povo nação.

Em seguida são feitas referências ao modo como Agustina Bessa-Luís constrói o retrato do Marquês, pinçando exemplos do texto, para finalizar afirmando que o livro é “um ensaio histórico-biográfico que transcende, brilhantemente, a História e a Biografia”.

O artigo é bastante arguto ao perceber as principais marcas da escrita biográfica agustiniana que são a visada da época através do sujeito biografado e a construção de hipóteses sobre as motivações de sua conduta. Mostra que Agustina Bessa-Luís não está sozinha na série literária portuguesa em que são comuns os “escritores polígrafos”, como já ressaltou Paulo de Oliveira, e onde também sobejam trabalhos nos quais a figura central é o Marquês de Pombal. Mais, atenta para o fato de a Autora recusar um posicionamento ideológico de assentimento ou de divergência ao construir o retrato com as contradições que são peculiares ao ser humano em geral e ao Marquês em especial, o que “desorienta o leitor” que porventura procurasse aí um juízo conclusivo. E termina chamando atenção para a questão dos gêneros, cujos limites são “transcendidos”.

[...] Sem chegar a ser maquiavélico, este livro, até pela sua linguagem (que tanto nos fala do “sangue limpo” como da “vida genital e social” da Marquesa de Távora) lembra muito (certamente sem querer) a *Oração Gratulatória, recitada na Acção de Graças pela Preservação da Vida do Marquês de Pombal* por Frei Filipe de Santiago, em 1776.⁹

Quando o sujeito biografado já é freqüentador de outros discursos (o que confirma sua condição de sujeito biográfico), corre-se o risco das comparações. Cecília Barreira situa Agustina Bessa-Luís na série literária a que pertence, e *Sebastião José* entre os livros sobre o Marquês produzidos por estes literatos; comparando-a com estes escritores, gaba-lhe a neutralidade ideológica.

O mesmo não acontece com Alberto Pimenta, para quem a biografia do Marquês, com a licença de falar de “grandes homens” e da “simbiose de almas” entre o biógrafo e o sujeito biografado, deveria situar-se no campo de uma determinada historiografia. Depreende-se de suas palavras a expectativa de um discurso mais crítico por parte de Agustina Bessa-Luís (mais “politicamente correto”, talvez se dissesse hoje). De um texto que trouxesse para o proscênio não só os “grandes homens”, mas também os “homens pequenos”, o coletivo. Não reconhece nenhuma imparcialidade ideológica no discurso agustiniano, ao contrário, aproxima-o de um discurso maquiavélico revelador de uma nostalgia de “grandes homens”.

O crítico salva o capítulo intitulado “A marca” (que aborda a criação da Companhia do Vinho do Porto, na região do Alto-Douro); elogia o fato de a Autora mostrar “até pelo estilo, até pelo tema”, “um conhecimento do assunto e um amadurecimento que faltam ao resto do livro”. E termina dizendo que “certas perspectivas estéticas muito em voga [...] bem como a actual nostalgia lusitana dum ‘grande homem’, não deixarão de granjear admiradores a Sebastião José (de Carvalho e Melo) e a este livro”¹⁰.

Uma resenha precisa ater-se ao livro, e é o que faz o resenhista, mas talvez Pimenta gostasse de glosar o padre Mário Martins e dizer que um personagem histórico – e a História nacional – nas mãos de um romancista se transforma em outra coisa, embutindo aí uma censura à ocupação do “lugar excêntrico” pela ficcionista.

A ESCRITA DA HISTÓRIA

Se situarmos *Sebastião José* como o terceiro trabalho na série das biografias agustinianas, constatamos que é dado a lume dois anos após a

⁹ Ibidem, p. 83.

¹⁰ Idem ibidem.

Alguns meses mais tarde é publicada uma resenha crítica do livro por Alberto Pimenta⁷, que não faz referência aos festejos da efeméride, ou seja, lê o livro tão somente como uma biografia do Marquês. O tom da crítica é contundente.

Começa comentando as prerrogativas do gênero biográfico, que usa expressões do tipo “grande homem”, como faz Agustina Bessa-Luís, para referir-se ao sujeito biografado. Ecoam aqui as observações de William Epstein que diz que a escolha do indivíduo a ser biografado é determinada por qualidades que o definem *a priori* como “sujeito biográfico”. Diz Pimenta:

[...] é privilégio do género literário denominado “Biografia” usar deste tom: o ter sido intentada a biografia concede ao biografado *ipso facto* a qualidade de “grande homem” e, claro, onde não há interacção de forças, prevalece a acção dum “grande homem” posto que ante a inércia de homens pequenos, o colectivo manifesta-se em forma de regras históricas recorrentes que explicam tudo. “Um rei é a cosmogonia redigida e vivida na infância” (p.22); “A sua vida de gentil-homem pobre prepara-o para o gosto de amealhar e para o gosto do caudilho laborioso” (p. 26); [...] “As monarquias resistem porque são pragmáticas” (p.121); [...]. Se, face à historiografia, a biografia tem privilégios deste, a verdade é que paga por eles o seu preço: o leitor não totalmente desprevenido espera informação mais sólida. Não se trata de “objectividade”, porque o biógrafo é quase sempre aquele que se aventura à simbiose de almas com o biografado: trata-se de não cair na indefinição, para não dizer na contradição.⁸

Tal como Eugénio Lisboa demonstra na sua resenha da biografia de Florbela Espanca, Alberto Pimenta também faz sua leitura de *Sebastião José* armado com um modelo de biografia, gênero que parece não lhe despertar maiores simpatias, e ao qual o texto agustiniano não se encaixa bem. O crítico comenta que Agustina Bessa-Luís, ao interpretar documentos tal como as cartas do Marquês de Alorna quando prisioneiro, em que reconhece não ser ele o responsável pelo desumano tratamento que recebe na prisão, não leva em conta “os disfarces a que a polícia política obriga”. Reúne muitos exemplos de afirmações que se contradizem ao longo do livro e afirma:

É assim que a perspicácia analítica e a intuição da A. se vêem anuladas pela falta de comedimento de juízos e pela sem-cerimónia da fantasia reconstrutiva: “tentativa de reconstrução duma consciência” chamaria eu a esta biografia. Mas não se podem fazer tentativas destas, usando apenas da técnica sistemática de alijar os casos de consciência do herói em cima do rei (pintado até a exaustão como “cruel”), dos diplomatas manhosos, dos fidalgos renitentes, dos súbditos obtusos. A primeira coisa que definirá um “grande homem” é assumir as suas responsabilidades e seus riscos.

⁷ PIMENTA, Alberto. BESSA-LUÍS, Agustina. *Sebastião José*. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1981. *Colóquio/Letras*, Lisboa, n. 70, pp. 81-83, nov. 1982.

⁸ *Ibidem*, pp. 81-82.

[...] Sem chegar a ser maquiavélico, este livro, até pela sua linguagem (que tanto nos fala do “sangue limpo” como da “vida genital e social” da Marquesa de Távora) lembra muito (certamente sem querer) a *Oração Gratulatória, recitada na Acção de Graças pela Preservação da Vida do Marquês de Pombal* por Frei Filipe de Santiago, em 1776.⁹

Quando o sujeito biografado já é freqüentador de outros discursos (o que confirma sua condição de sujeito biográfico), corre-se o risco das comparações. Cecília Barreira situa Agustina Bessa-Luís na série literária a que pertence, e *Sebastião José* entre os livros sobre o Marquês produzidos por estes literatos; comparando-a com estes escritores, gaba-lhe a neutralidade ideológica.

O mesmo não acontece com Alberto Pimenta, para quem a biografia do Marquês, com a licença de falar de “grandes homens” e da “simbiose de almas” entre o biógrafo e o sujeito biografado, deveria situar-se no campo de uma determinada historiografia. Depreende-se de suas palavras a expectativa de um discurso mais crítico por parte de Agustina Bessa-Luís (mais “politicamente correto”, talvez se dissesse hoje). De um texto que trouxesse para o proscênio não só os “grandes homens”, mas também os “homens pequenos”, o coletivo. Não reconhece nenhuma imparcialidade ideológica no discurso agustiniano, ao contrário, aproxima-o de um discurso maquiavélico revelador de uma nostalgia de “grandes homens”.

O crítico salva o capítulo intitulado “A marca” (que aborda a criação da Companhia do Vinho do Porto, na região do Alto-Douro); elogia o fato de a Autora mostrar “até pelo estilo, até pelo tema”, “um conhecimento do assunto e um amadurecimento que faltam ao resto do livro”. E termina dizendo que “certas perspectivas estéticas muito em voga [...] bem como a actual nostalgia lusitana dum ‘grande homem’, não deixarão de granjear admiradores a Sebastião José (de Carvalho e Melo) e a este livro”¹⁰.

Uma resenha precisa ater-se ao livro, e é o que faz o resenhista, mas talvez Pimenta gostasse de glosar o padre Mário Martins e dizer que um personagem histórico – e a História nacional – nas mãos de um romancista se transforma em outra coisa, embutindo aí uma censura à ocupação do “lugar excêntrico” pela ficcionista.

A ESCRITA DA HISTÓRIA

Se situarmos *Sebastião José* como o terceiro trabalho na série das biografias agustinianas, constatamos que é dado a lume dois anos após a

⁹ Ibidem, p. 83.

¹⁰ Idem ibidem.

publicação de *Florbela Espanca* (1979), mas se o colocarmos na série das obras de Agustina Bessa-Luís, entre as duas biografias há dois romances importantes a serem mencionados: *Fanny Owen* (1979) e *O mosteiro* (1980)¹¹; como é sabido, o primeiro tematiza um triângulo amoroso protagonizado por Camilo Castelo Branco e o segundo trata da intenção do personagem Belche de escrever uma biografia de D. Sebastião. Embora os sujeitos biográficos (ficcionalizados ou não) pertençam a épocas tão diversas, o curto intervalo entre as publicações justifica a aproximação de concepções que a Autora expressa com relação à biografia e à História.

Se Camilo está para Florbela, Sebastião José está para D. Sebastião, no sentido que *Fanny Owen* e *Florbela Espanca* (romance e biografia) tratam de escritores e suas épocas, e o *Mosteiro* e *Sebastião José* (romance e biografia) abordam homens que estiveram ligados à política e ao destino de Portugal, ou seja, ligados ao que se costuma chamar de História num sentido mais restrito e até convencional, eu diria, que é o de História como história política nacional. O uso mesmo da maiúscula alegorizante revela a maneira como a História é entendida comumente e de como foi considerada por uma determinada corrente historiográfica: como um discurso controlado por uma cientificidade que lhe garantiria um estatuto de Verdade imanente.

Embora o retrato de época esteja sempre presente nas obras de Agustina Bessa-Luís em geral, nestas em que as personagens estão ligados à História, o tempo histórico, ou a época, atua como determinante do comportamento desses sujeitos, mas também é de certa forma marcado por suas ações, numa dialética em que ora as luzes incidem sobre a época, ora incidem sobre os indivíduos.

Se da História há documentação – muitas vezes farta – que pode ser consultada, e cuja interpretação, mesmo a mais ousada, encontra aí seu limite, do homem há sempre o mistério para além do “nome no papel”, sobre o qual a interpretação só pode ser hipotética, dubitativa, exploratória. No entanto, esses personagens ditos históricos costumam também ser tratados tal qual o papel em que o nome está posto, ou seja, tão somente como sujeitos dos fatos que fazem a História.

Da mesma forma que há versões dos fatos históricos, eleitas como canônicas ou oficiais, as quais as pessoas tomam como sendo os fatos em si, o mesmo acontece com os sujeitos da História, que uma vez retratados, os retratos são considerados como sendo a sua única e correta representação, o que explica

¹¹ Todos os livros de Agustina Bessa-Luís trazem a data em que os textos foram terminados de escrever, a qual nem sempre coincide com a da publicação. Chama a atenção do leitor a produção prolifera e a pesquisa de fôlego efetuada para a realização dessas obras que se sucedem a partir de *Florbela* até a *Monja*. A data de término da biografia de Bela é fevereiro de 1978; a de *Fanny Owen* é fevereiro de 1979; a de *O mosteiro* é março de 1980 e a de *Sebastião José* é junho de 1981.

as apreensões de o sujeito biografado se transformar num “outro”. Daí que o biógrafo precise ser um “salvador profissional” para propor novas possibilidades de interpretações sobre esses sujeitos. Em função desse senso comum com relação à crença na correspondência entre discurso histórico e acontecimento, as leituras de textos sobre a História, assim como de biografias de sujeitos “históricos”, em geral já trazem um repertório de interpretações bastante cristalizado. Por isso, certas interpretações mais heterodoxas provocam tantas reações, entusiasmadas ou frustradas, mas quase nunca indiferentes. O fato de o romancista se voltar para a História e produzir um discurso não-ficcional é considerado, então, algo tão excêntrico.

Em *O mosteiro*, no capítulo que corresponde ao ensaio sobre D. Sebastião, uma vez que Belche não alcança escrever sua biografia sebástica, há dois trechos em que o narrador do ensaio tece comentários sobre a escrita da História, os quais merecem ser evocados aqui em função de *Sebastião José*:

Quando me propus a escrever uma história sebástica, não me iludiram os caminhos já trilhados. Em todos vi maneiras e consentimentos e pouca liberdade de interpretação. As pedras, como no coração dessas matas densas da minha infância, estavam presas ao chão tão fortemente como se dele participassem. Eu tinha que arredá-las, ou perdia-se a escura veia da História, a que nunca palpita senão ao impulso dum saber feito de generosidade tão ardente que impede o cruel de ser pródigo e o tímido de ser avaro em lógica. [...]

O que há de terrível na História, quer dizer, falseador, é que ela é feita com a pena da classe média, de baixa inspiração e, para mais, grosseiramente moralizante. Tudo são princesas virtuosas e devotas; ou então homens mesquinhos na sua estreita vida de impassível mando. Os seus apetites, que se vão buscar ao próprio rolar dos astros, e não ao simples testemunho humano, ficam reduzidos a parágrafo exemplar ou odioso na folha que se escreve. O sectarismo, o mecanismo político, a sensibilidade deformante do historiador coevo, bastam para produzir monstros e, com eles, satisfazer meio mundo de mórbidos e ignorantes. [...]¹²

Pode-se ler nesses trechos uma “arte poética” da escrita da História agustiniana: os discursos que precedem os seus são, na sua maioria, lidos com restrições para serem suplantados por estes, que têm por vantagem ao menos o fato de estarem mais afastados no tempo, quer dos acontecimentos, quer dos discursos sobre estes acontecimentos. Se àqueles discursos falta “liberdade de interpretação”, nos textos de Agustina Bessa-Luís sobeja essa liberdade, o que é visto com certo desconforto por Mário Martins, que resenha sobre *Santo António*, com censuras por Eugénio Lisboa ao falar de *Florbela Espanca*, com muitas restrições por Alberto Pimenta quando comenta *Sebastião José*. Há também que se evitar a visão moralizante, limitadora, que tanto endeusa como reduz. Repetem-se aqui, com outros termos, as idéias sobre a biografia que

¹² BESSA-LUÍS, Agustina. *O mosteiro*. Lisboa: Guimarães, 1980, pp. 238 e 242.

aparecem em *Florbela Espanca*, quando Agustina Bessa-Luís diz que o “herói da biografia tem que passear livremente numa cidade ideal onde não é necessário policiamento nem lei penal”¹³. Quando fala “dum saber feito de generosidade”, ecoam suas palavras ao afirmar que “para dizer a verdade sobre alguém é preciso amar esse alguém”. Há que atentar também para a observação de que o sujeito deve ser buscado com seus “apetites” humanos, entendido em sua “verdade psicológica”, como também disse em *Florbela*. Há ainda a crítica ao sectarismo e ao “mecanismo político”, ambos deformantes do fato e do sujeito históricos.

É preciso ter tais princípios em mente quando se lê a biografia ou o ensaio agustiniano, pois do contrário a leitura será frustrada: não se encontrará a explicação ou a contestação dos milagres do santo; nem o retrato da poetisa como feminista *avant la lettre* ou uma interpretação mecânica dos seus poemas em que a vida se reflete e os explica. Da mesma forma não se acusa D. Sebastião de ensandecido, antes se quer entendê-lo como um homem educado para um tempo que não era o seu. E tampouco será negado ao Marquês de Pombal a oportunidade de ser visto com lentes que não lhe diminuam nem lhe exagerem os méritos e defeitos, mas que procurarão mostrar a sua dimensão humana, ou seja, o homem sem a aura – positiva ou negativa – da História.

A BIOGRAFIA DO MARQUÊS

As biografias que Agustina Bessa-Luís escreve são todas diferentes entre si, na medida que cada um dos sujeitos biografados solicita um tom discursivo diferenciado, embora apresentem em comum as marcas indeléveis do seu estilo e a realização dos princípios que lhe norteiam a escrita da História e da biografia. Esses procedimentos aparecem como reflexões metatextuais, de modo que o texto como que se auto-regula, ou então aparecem como informações extratextuais nas entrevistas ou prefácios¹⁴.

Não se trata de constatar uma evolução ou um aperfeiçoamento, mas sim as diferenças de cada uma dessas produções. Em *Sebastião José* nota-se uma maior organização do texto, que é dividido em dez capítulos com títulos. Embora não haja o que se poderia chamar de narrativa da história da vida do

¹³ BESSA-LUÍS, Agustina, *Florbela Espanca*. 2 ed. Lisboa: Guimarães, 1984, pp. 44-45.

¹⁴ Chamo atenção para a entrevista publicada na *EPA - Estudos Portugueses e Africanos*, Campinas, n. 3, pp. 9-13, jan-jun. 1984. A entrevista acontece quando Agustina Bessa-Luís está desenvolvendo a pesquisa para escrever *A monja de Lisboa*. Pode-se dizer que o tema da entrevista é a escrita da História na sua produção àquela altura. Refere-se à *Florbela, Sebastião José e Adivinhas de Pedro e Inês*, além da pesquisa sobre Maria da Visitação, do Mosteiro da Anunciada.

Marquês, o livro segue uma certa cronologia: o período anterior ao ministério, o ministério propriamente dito, a morte do Rei, o exílio em Pombal e as circunstâncias de sua morte. A arquitetura do texto é menos complexa do que a de *Florbela Espanca*, mas também em *Sebastião José* acontecem as prolepses e as analepses dos acontecimentos narrados; já na primeira página, quando discorre sobre as informações obscuras sobre o nascimento do personagem, já se refere a ele como Marquês, comparando-o a Colbert e a Sully, de quem seguiria exemplos. Ao longo do texto evocará sempre o fato de ele ser um fidalgo provinciano – o que se revelará numa falta de refinamento tanto no trato social como no político –, e ter passado sete anos em Soure, “a comer broa de milho” esperando melhores oportunidades na Corte, atitude paradigmática de um senso de oportunidade mais acovardado do que agressivo.

Os capítulos também referem aos fatos marcantes e polêmicos acontecidos durante o tempo que governou como Ministro do Reino: o terremoto; o atentado à vida do rei, com a cruel punição dos culpados; a expulsão dos jesuítas; a criação da Companhia do Porto e do Alto-Douro.

Também ocorre nesta biografia o retrato de época abrangente, não só de Portugal como da Europa em geral, com atenção especial à Inglaterra, à França, à Áustria e à Espanha. A extensão temporal inclui também o reinado antecedente, de D. João V, e, ao final, desenha-se o quadro político e mental que sucede às mortes do Rei e do Marquês.

Diferente de todas as demais biografias, não há sequer referências hipotéticas à infância de Sebastião José, como acontece em *Santo António*, de modo que não há reconhecimento e interpretação dos “choques emblemáticos” que acontecem neste período e marcam a vida da pessoa e sua criação. Isso talvez se explique porque o Marquês não seja uma pessoa criativa, como os sujeitos das demais biografias, que escrevem sermões, poemas e contos ou pintam e nessas criações se revelam de forma simbólica-alegórica. Mas a razão mais plausível há de ser porque as atitudes de adulto de Sebastião José se determinam e explicam umas às outras, sem constituir maior mistério.

OS “TESTEMUNHOS HUMANOS”

Há uma perplexidade com relação à pessoa de Sebastião José de Carvalho e Melo: de fidalgo provinciano desconhecido é mandado como embaixador para Londres e posteriormente para Viena, para atuar como mediador na complicada situação da imperatriz Maria Teresa com a Sé de Roma. Não desempenha seu papel de maneira brilhante nem na Inglaterra nem na Áustria. Volta para Lisboa pouco depois da morte de D. João V e em breve é escolhido para o ministério do rei D. José, revelando-se todo-poderoso. Em função de sua política, é

Sobre Sebastião José há farta correspondência reveladora de seu caráter e temperamento. Dessa documentação Agustina Bessa-Luís vai retirar os “testemunhos humanos” a que se refere como sendo a fonte mais importante para a construção do retrato, para se aproximar do mistério que constitui todo indivíduo e, neste caso específico, para entender a perplexidade desse homem que sai aos poucos do anonimato para o exercício de uma tirania exercida durante dezessete anos: que acaba porque morre o rei, e não porque este tenha se desgostado de sua política. E também há a correspondência do próprio Marquês, em que é possível ler nas linhas e entrelinhas muito sobre o seu modo de ser.

Da epistolografia que trata sobre o Marquês e a de sua própria lavra, Agustina Bessa-Luís se impressiona com alguns comentários, nem sempre abonadores, que se coadunam com o comportamento de Sebastião José e ajudam a entendê-lo em suas ações. Esses traços do caráter funcionam como motes que serão evocados várias vezes ao longo do texto.

O *Testamento Político* de D. Luís da Cunha, “conselheiro de D. João V e embaixador em Viena, na Haia e em Paris” (p.13) dá a primeira dessas impressões, quando o descreve como de “gênio paciente”: Recomenda a D. José, para ser ministro do reino “ ‘Sebastião José de Carvalho e Melo, cujo gênio paciente, especulativo e, ainda que sem vício, um pouco difuso, se acorda com o da Nação’ ” (p.13).

Esse “gênio paciente”, Agustina Bessa-Luís acredita que se manifeste nas atitudes moderadas “com as coisas medíocres” mais do que numa submissão às ofensas. De qualquer modo, é possível reconhecer essa paciência quando, em virtude de um desentendimento na família, por ocasião da morte do avô, se afasta de Lisboa, indo para Soure, onde permanece por simbólicos sete anos, a evocar Jacó à espera de Raquel.

Quando retorna, é mandado para Londres por recomendação do Cardeal da Mota:

[...] Nomeado enviado extraordinário em Inglaterra, ele desembarca em Londres, onde há-de arrastar uma existência obscura, alimentando um ressentimento cruel contra essa verde Albion, capaz de colonizar uma talha de azeitonas e uma ceira de carvão, conservando porém a altivez de romanos que queimaram as suas naves. A sua solidão devia ser tremenda, como enviado dum Rei gasto e hipocondríaco que o ignorava e cuja líbido se parecia muito com uma frustração. Contava-se que os longos relatórios mandados por Sebastião José para o Paço irritavam o Rei pela prolixidade. Achava-os ilegíveis. Mas também é certo que D. João já não é D. João. [...] (p.21)

De Londres, onde sua postura intransigente irrita tanto a ingleses como a portugueses, é mandado para Viena como mediador entre a Casa de Áustria e a

hostilizado pela nobreza, talvez de todos, a mais perplexa. Embora tenha sido agraciado com o título de Conde de Oeiras e posteriormente com o de Marquês de Pombal, a nobreza não o reconhece como um de seus pares, só vê nele o fidalgo provinciano, referindo-se a ele como Sebastião José, negando-lhe a nobreza auferida com o título ao chamá-lo somente pelo nome. João Gaspar Simões, na resenha que publica sobre o livro de Agustina Bessa-Luís¹⁵, interpreta a insistência no uso do prenome por trazer juntos o seu nome e o do rei, denunciando com isso a cumplicidade entre os dois, pois afinal é o rei quem aprova os atos políticos de Sebastião José que tanto desagradam à nobreza, ao clero, ao povo.

O primeiro capítulo, “Um fidalgo provinciano”, começa com as considerações de ordem genealógica, tão do gosto de Agustina Bessa-Luís, que generaliza dizendo que seria justamente a decadência da família que traria os “recursos mais caprichosos para produzir um tipo de formidável capacidade e talento” (p. 9), comparando-o com Colbert.

De todos os ancestrais, vai chamar atenção da Autora o avô paterno, Sebastião de Carvalho Melo, alcunhado *Estudante*:

Há um traço comum entre Colbert e o Marquês: ambos tiveram um pai de duvidosas maneiras, sempre à beira das indelicadezas financeiras, entre tratantes e acrobatas do mundo do dinheiro. Já o avô do Marquês se fez conhecido pela sua índole perdulária. Jogou e viveu muito, pois a vida se lhe acabou aos cento e dez anos. Devia ter sido pessoa interessante, boêmio e amigo de litígios; um desses egoístas poderosos, com um prazer de viver que se confunde com a delinquência do cavalheiro. (p.10)
[...] Como só vinte anos depois do nascimento do Marquês morre o famigerado avô, é de calcular que ele exerceu alguma influência na educação do neto. (p.13)

O avô *Estudante* vai ser evocado várias vezes ao longo da história do Marquês como influência de certos comportamentos em determinadas circunstâncias¹⁶. É o caso da decisão de criar a Companhia do Porto e do Alto-Douro e da sua ligação com Mansilla, o qual

Tinha os defeitos atrevidos como as qualidades, e isto devia-o tornar simpático a Sebastião José, neto do *Estudante* e decerto seu herdeiro nas rabulices, se a idolatria da reputação não o chamasse a sacrificar méritos ameaçadores de qualquer virtude consular. (p.204)

¹⁵ SIMÕES, João Gaspar. Agustina retrata Sebastião José. *Diário de Notícias*. Lisboa, 14 jan.1982. Cultura.

¹⁶ Desnecessário lembrar aqui como é cara a Agustina Bessa-Luís a figura do jogador, que confina com a do sedutor. Para ficarmos num exemplo próximo, o pai de Belche, em *O mosteiro*, é um jogador.

Sobre Sebastião José há farta correspondência reveladora de seu caráter e temperamento. Dessa documentação Agustina Bessa-Luís vai retirar os “testemunhos humanos” a que se refere como sendo a fonte mais importante para a construção do retrato, para se aproximar do mistério que constitui todo indivíduo e, neste caso específico, para entender a perplexidade desse homem que sai aos poucos do anonimato para o exercício de uma tirania exercida durante dezessete anos: que acaba porque morre o rei, e não porque este tenha se desgostado de sua política. E também há a correspondência do próprio Marquês, em que é possível ler nas linhas e entrelinhas muito sobre o seu modo de ser.

Da epistolografia que trata sobre o Marquês e a de sua própria lavra, Agustina Bessa-Luís se impressiona com alguns comentários, nem sempre abonadores, que se coadunam com o comportamento de Sebastião José e ajudam a entendê-lo em suas ações. Esses traços do caráter funcionam como motes que serão evocados várias vezes ao longo do texto.

O *Testamento Político* de D. Luís da Cunha, “conselheiro de D. João V e embaixador em Viena, na Haia e em Paris” (p.13) dá a primeira dessas impressões, quando o descreve como de “gênio paciente”: Recomenda a D. José, para ser ministro do reino “ ‘Sebastião José de Carvalho e Melo, cujo gênio paciente, especulativo e, ainda que sem vício, um pouco difuso, se acorda com o da Nação’ ” (p.13).

Esse “gênio paciente”, Agustina Bessa-Luís acredita que se manifeste nas atitudes moderadas “com as coisas medíocres” mais do que numa submissão às ofensas. De qualquer modo, é possível reconhecer essa paciência quando, em virtude de um desentendimento na família, por ocasião da morte do avô, se afasta de Lisboa, indo para Soure, onde permanece por simbólicos sete anos, a evocar Jacó à espera de Raquel.

Quando retorna, é mandado para Londres por recomendação do Cardeal da Mota:

[...] Nomeado enviado extraordinário em Inglaterra, ele desembarca em Londres, onde há-de arrastar uma existência obscura, alimentando um ressentimento cruel contra essa verde Albion, capaz de colonizar uma talha de azeitonas e uma ceira de carvão, conservando porém a altivez de romanos que queimaram as suas naves. A sua solidão devia ser tremenda, como enviado dum Rei gasto e hipocondríaco que o ignorava e cuja libido se parecia muito com uma frustração. Contava-se que os longos relatórios mandados por Sebastião José para o Paço irritavam o Rei pela prolixidade. Achava-os ilegíveis. Mas também é certo que D. João já não é D. João. [...] (p.21)

De Londres, onde sua postura intransigente irrita tanto a ingleses como a portugueses, é mandado para Viena como mediador entre a Casa de Áustria e a

Santa Sé, e lá permanece no ostracismo, sem receber maiores definições de sua missão:

O processo de mediação em que devia intervir Sebastião José não passa duma ninharia ao pé das tremendas preocupações de Maria Teresa, a braços com a soberba da sua aliada Inglaterra e as depredações de Frederico II, assim como as ambições de Isabel Farnésio para colocar na Itália os filhos. (p. 47)

[...] No meio do que Sebastião José era um *pivot* algo desconcertado, mal visto por uns e quase ignorado por todos, e a quem a Rainha, nas suas partidas de faraó, não cumprimentava sequer. (p.48)

Sem cargo diplomático definido, tratado como um vulgar espião, emissário em vez de mediador acreditado, “encarregado duma missão particular” que é afinal uma questão política com moral própria, com negociações que lhe escapam, Sebastião José acha-se desamparado, deprimido, só. (p.51)

Em meio a essas humilhações que se podem imputar tanto à corte portuguesa quanto à local, a reação de Sebastião José é de se precipitar (a precipitação é traço que lhe é atribuído pelos jesuítas;) e casar-se pela segunda vez, desta vez com uma austríaca, sem aguardar pela licença do Rei. Como da primeira vez, casa-se para ascender socialmente. Agustina Bessa-Luís anota que esse casamento só se realiza pelas convenções da corte vienense, “tida por extravagante” (p.51).

No entanto, embora o casamento não o enriqueça, pelo contrário, se endivida com o dote e outros detalhes financeiros do acordo matrimonial, a noiva, Leonor Daun, cairá nas graças da rainha de Portugal, austríaca também, cuja simpatia se transformará em favoritismo, o que renderá ao futuro Marquês a abertura de muitas portas.

Outro “testemunho humano” sobre o Sebastião José é dado numa carta de A. Castres para R. H. Aldwort, de agosto de 1750: “ ‘Carvalho, além de sua natureza dum difícil temperamento chicaneiro, é, como eu receio, não muito nosso amigo’ ” (p. 61). Comenta Agustina Bessa-Luís:

O que faz o difícil temperamento de Sebastião José é a sua contradição: por um lado, paciente com as motivações menores, os assuntos de família cujas controvérsias abomina; mas domina-o a fantasia do poder, agente mais corruptor do que a própria paixão do poder e a sua obtenção. A fantasia do poder é uma espécie de lance perpétuo do jogador. No sucesso duma empresa vê mais do que um objetivo prático, vê a satisfação visceral e profunda do homem problemático, para quem a vida é feita de incalculáveis riscos, todos contidos na jogada do momento. Do seu avô *Estudante* [...] tem por herança essa fria circunspeção que em tudo parece benévola e por dentro é avidéz absorta. [...] E quando Luís da Cunha, observador não sem mérito e com experiência de pessoas e circunstâncias, o recomenda como de “gênio paciente”, não entende que isso é a marca dos que escondem formidáveis apetites; pois sempre se encobrem com a doçura e a paz exterior os íntimos desejos que vão além do aparente querer. (pp. 61-2)

Há ainda um quarto traço de caráter que balizará o retrato que Agustina Bessa-Luís pintará do Marquês, que é a “idolatria da sua própria reputação” a que se refere em carta a Frei Gaspar da Encarnação, levando a biógrafa a concluir com humor que isso revelava uma identificação com a burguesia, uma vez que a nobreza nunca se preocupa com o que deve na praça. Brincadeiras à parte, essa idolatria da reputação se mostra pela primeira vez no momento em que não aceita as 300 libras que lhe oferece o Governo inglês quando de sua retirada do cargo: “O primeiro indício duma ambição pública é esse timbre de reputação exemplar, que se encontra em Fílon de Alexandria com extraordinária pertinência, quase como uma doutrina” (p.35).

Eis os sinais a serem interpretados para retratar o ministro do reino: o já referido “génio paciente”, “difícil temperamento”, “precipitação”, tal como os outros entendem sua maneira de ser. Ele mesmo chama a atenção para sua “idolatria da reputação”. O “génio paciente” não facilita o temperamento que se mostra difícil; tampouco a “idolatria da reputação” impede que haja com precipitação tanto em questões pessoais, como o repentino casamento em Viena (o primeiro também não é tranqüilo, pois rapta a noiva, D. Teresa de Noronha, viúva e mais velha do que ele), como em questões políticas de grande envergadura, como é o processo de expulsão dos jesuítas dos territórios portugueses.

O DUPLO DO REI

É interessante notar que nesta biografia não ocorrem as afirmações metatextuais já aludidas anteriormente. É como se o texto a ser escrito não pedisse esse tipo de reflexão por se apresentar como tarefa menos complexa para a Autora, o que não significa que tenha sido menos trabalhosa.

No entanto, nas páginas finais, há uma afirmação que oferece algumas luzes para a análise desta biografia:

Agora que esta portentosa figura jaz, autopsiada, com o seu grande coração tornado num músculo frio, vemos que a vida de um homem é feita de inúmeras circulações inacabadas. Tanto a sua estadia em Soure, casado com a viúva que raptara a uma família prepotente, como a permanência na Corte de St. James ou de Viena, foram lances incompletos dos quais transitou para outros de que nunca teve propriamente a chave. (p.269)

A imagem do “coração tornado um músculo frio” a possibilitar a constatação das “circulações inacabadas” redonda na impossibilidade de construir a narrativa da vida de qualquer pessoa, justamente porque não há a

relação de causa e efeito entre os acontecimentos de uma vida, mesmo quando os lances se completam. É este o motivo da perplexidade de todos com relação a este homem, fidalgo provinciano, que depois das estadias sem brilho em Londres ou Viena, e sem satisfação para quaisquer das partes envolvidas (as cortes estrangeiras e a portuguesa, ele mesmo) se vê alçado a ministro do Reino.

E como ministro do Reino não tem “as chaves” para bem entender o que acontece. Porque há que considerar a figura do Rei. Agustina Bessa-Luís vê no Rei o duplo de Sebastião José, o que não deixa de ser uma estratégia interessante. Daí a interpretação de João Gaspar Simões: Sebastião/José. Ao usar a noção do duplo, Agustina Bessa-Luís mostra a impossibilidade de o Marquês ter o total controle sobre os acontecimentos em que se envolve. A imagem do jogo (“os lances”) reforça o caráter de azar que marca a sua vida de estadista, em que sequer os dados estão todos em suas mãos. Isso torna inócua a busca da resolução de um mistério nesta vida, como há nas de Santo António, Florbela, D. Sebastião, Camilo, Vieira da Silva, Inês de Castro, Maria da Visitação, Martha Telles.

Diz Agustina Bessa-Luís sobre o começo do reinado de D. José:

[...] Abre-se uma nova era, primeiro ainda sujeitando o plano inovador à sociedade constituída pelo aparelho ideológico que o passado sanciona; depois, o carácter despótico dessa monarquia de duas cabeças acentua-se, marcada pelas “precipitações” dum homem cuja cultura deficiente acabou por ser substituída por audácias urgentes, capazes de fazer frente à crítica dos contemporâneos e às conspirações dos inimigos. Não foi um ditador perfeito, possivelmente não há ditadores perfeitos, ou a História, feita por usurpadores mais ou menos inspirados, se encarrega de os enegrecer aos olhos das novas gerações, como aconteceu com Tibério. Sebastião José não teria passado de um difícil colaborador, mais tarde ou mais cedo afastado para cargos insignificantes onde seu reumatismo e a sua conjuntivite levassem a melhor sobre a maquinação política. Mas ele encontrou em D. José o seu duplo, com o atractivo de ser Rei e, sobretudo, um Rei nada tímido mas que amava a obscuridade. (p.69)

Agustina Bessa-Luís pinta também um retrato do rei, a quem a nobreza conhecia muito bem e sabia o que esperar dele, pois segundo ela, a nobreza tem “uma espécie de aptidão para reconhecer os seus nos menores detalhes, que faz inveja aos maiores psicólogos e estudiosos de costumes” (p.69). Seu modo de agir já se faz sentir desde o período em que a Rainha-Mãe fica na regência do país, depois da morte de D. João V. E logo no início de seu reinado D. José é alvo de “conspiratas” que depois chegarão ao clímax no atentado de 1758, em que é atingido por tiros, fato que resultará no famoso julgamento e condenação do Duque de Aveiro e dos Marqueses de Alorna e de Távora além de outros tantos envolvidos. Mas a biógrafa vê no Rei o “autêntico conspirador” “[...] um homem temível porque não aparentava senão uma luxúria secreta mas não infame; ou então um desportivo gosto por picadeiros e caçadas, um vício

honesto pela ópera, coisas ambas que traduzem desejo de negociar com a íntima violência” (p.72).

No entanto, o fato de ser o Rei como é não diminui “o génio dominador que havia em Sebastião José”. Ele pode servir de alvo da nobreza que não pode agredir o Rei diretamente, todavia não é nenhum títere nas mãos do soberano. Um é útil ao outro, mas um o é mais que o outro, desnecessário dizer.

A noção de duplo serve ainda para explicar a atitude do Marquês quando morre o Rei, no inverno de 1777, e ele se vê obrigado a pedir afastamento do cargo e a isolar-se em Pombal. A morte do Rei corresponde à anulação de sua vontade:

[...] O quadro do Ministro deposto, purgando no exílio a sua tremenda ambição, não tem nada de realista. E, no entanto, é preciso dar uma dimensão humana àquela retirada, em parte forçada, em parte desejada. Entre o desejo e a vontade de um homem há muitas vezes um abismo. Se Sebastião José fizesse corresponder seu desejo íntimo com a vontade incansável de lutador, decerto ficava no seu solar em Oeiras, e ninguém se opunha a isso. Mas o elo que o ligava à Corte desaparecera, o seu amigo, o seu soberano, morrera. Há, na natureza do homem um espaço reservado à fidelidade, o espaço do *samurai*. Uma vez quebrado pela morte esse pacto do guerreiro, que protege com o dever as mil disposições do homem livre, estabelece-se a funda divergência com a repetição da honra e do brio de servir. [...] Foi o desejo o que pôs Sebastião José no caminho de Pombal, como outrora o pusera na direcção de Soure. Não ia impellido pelas cabalas da Corte, ou a ordem da Rainha; mas sim pelo seu desejo de estar só, pois se fizera um vazio imenso na sua vontade; ela não existia mais. (pp. 222-3)

O ESTRANGEIRADO

Ao lado da noção do duplo, que neutraliza ou mesmo anula o que poderia haver de mistério em Sebastião José, na medida que divide as responsabilidades, as vontades e os desejos, Agustina Bessa-Luís desenvolve todo um capítulo em que discute a noção de estrangeirado na cultura portuguesa, identificando-o como um deles, o que explicaria alguns acertos e equívocos, entre outras tantas frustrações:

Quanto a Sebastião José, consideram-no um estrangeirado pelo *curriculum* diplomático, o que não é muito, e pelo casamento, o que é um acidente e não uma teoria. É certo que está pronto a tomar dum inglês as suas ideias da Companhia das Índias Portuguesas; a política de educação inspira-se em Verney, o projecto do monopólio do Alto-Douro deve-se a colaboradores como Mansilla; além de que há uma variedade de empreendimentos em que os interessados são estrangeiros, como Jácome Ratton e Timóteo Verdier. [...] (p.165)

O fato de ter tido contato com as idéias progressistas na Inglaterra e na Áustria não garante sucesso de suas empresas em Portugal, pois que a índole do português, segundo Agustina Bessa-Luís, “detesta a uniformidade, a equipa, a tecno-estrutura de qualquer qualidade, preferindo-lhe uma relação familiar, sujeita aos conflitos próprios de tais relações”. Daí que Sebastião José “reforma muito pouco. Não se atreve a jogar com as esperanças dum povo primitivo e que não lhe perdoaria as decepções bruscas” (p.166).

Em várias passagens Agustina Bessa-Luís aponta no Marquês uma falta de conhecimento mais profundo da índole do povo português, do seu comportamento e mesmo da realidade social em que vive. As medidas que “vão marcar na posteridade o seu carácter de inovador e de grande estadista, não atingem senão sectores privilegiados, como a nobreza, ou o clero, o ensino superior e tudo em que possa haver um raio de confiança” (pp.166-7). Mais adiante completa esse quadro:

Quando fala de “um reino, onde as ciências estão banidas, e onde não se vai a viajar”, não o faz com conhecimento da realidade social, mas só da sua experiência provinciana, porventura amarga; o seu mundo de reflexão fora Soure, com os fidalgos adiposos e capelães sem muitas letras, para quem a missa era uma burocracia e o sacerdócio uma carreira. Mas não penetrava na sensibilidade céptica e um pouco dorida do português, discreto no vício e na virtude e não muito propenso a mudanças, porque elas de facto contradizem o fundo significado de cultura que é decerto a “*cultrix*” virgiliana, cujo sentido é activo; assim como ilustração deriva de *lustrare*, purificar e ver. (p.170)

A biógrafa enumera exemplos para mostrar que o Marquês ignorava a quantas andava o estado da arte da cultura letrada, inclusive a dos jesuítas que expulsa do país. Argumenta ainda, citando o jesuíta Inácio Monteiro, que há sem dúvida uma “face burlesca dessa sociedade para quem a entrada da Armada inglesa pela Silésia dentro [...] era coisa perfeitamente viável”. Essa ignorância geográfica, existente ainda nos dias de hoje, devia passar pelo gabinete do Ministro, “como antes pelos sobrados nobres de Soure. Daí o tomar o país inteiro, com mestres e doutores, por uma Patagônia pequena; e de tanta competência se dourava, que o Cardeal da Mota foi o primeiro a recomendá-lo a D. João V antes que D. Luís da Cunha o afiançasse para ministro de D. José” (p. 171).

Este capítulo discute como o lado esclarecido do Marquês confina com limites, não só de conhecimento, mas de adesão a idéias novas e aos seus autores. Verney, por exemplo, que aconselha a reforma do ensino, “não teve inteira recompensa do Ministro, que deixou parte das promessas e dos prémios ‘na esfera dos possíveis’ ” (p.169).

As idéias abordadas ao longo dessas páginas rendem um balanço do papel dos estrangeirados, incluídos entre eles judeus e cristãos-novos, na cultura

portuguesa, que acolhe com simpatia as novidades trazidas ou comunicadas, acontecendo também que em determinados períodos alguns setores da sociedade vejam a europeização como sinônimo de “corrupção e mestiçagem moral”. A causa disso seria a índole “do fidalgo português pouco aproveitado nos estudos” a quem a mentalidade humanista se torna indesejável. Agustina Bessa-Luís também interpreta que “o português, por natureza passivo e sentimental, acentuadamente conquistado por costumes mouriscos, dava mais importância ao mundo presente, imediato, mais aberto aos sentidos do que proposto à filosofia” (p.163).

Assim sendo, a cultura portuguesa, combinação de traços idiossincráticos e novidades trazidas por estrangeiros e estrangeirados, é ao mesmo tempo anacrônica e atualizada em relação ao resto da Europa, não podendo ser criticada com radicalismo em função do anacronismo nem louvada pelas inovações introduzidas, porque coexistem os dois traços, sem que o segundo modifique profundamente o primeiro. O Marquês é fruto dessa combinação: fidalgo provinciano, viveu as limitações culturais da vida afastada da corte. Agustina Bessa-Luís chega mesmo a deduzir, pela ortografia de Sebastião José, uma “aprendizagem descuidada”. Diz ela: “O fidalgo de província ficava-se pela ‘ensoadela de vilão’, rudimentos ensinados por um preceptor famélico ou por um frade mais ou menos ignorante” (p. 11). Por outro lado, viveu em centros mais ilustrados, conviveu com pensadores cosmopolitas e abertos a novidades, como Luís de Verney e o Cavaleiro de Oliveira, para citarmos os portugueses.

Enquanto está em Viena, tem problemas de visão que o obrigam a ficar dias em quarto escuro. Agustina Bessa-Luís toma essa impossibilidade de enxergar como metáfora para explicar as suas limitações em perceber mudanças importantes nos campos ideológico e econômico:

A sua frequente doença de olhos, que já em Viena o obrigara a isolar-se numa sala escura durante muitos dias, significava talvez a sua recusa em ver o movimento político e ideológico de que ele era uma parcela, talvez insignificante, pelo menos não tão isento de servidão como desejaria. (pp. 147-8)

Se bem que, como homem de Estado mercantilista, a sua doença de olhos se agravasse, e se fechasse num quarto escuro para não ler Smith e para que ele não lhe dissesse que era um mau economista. (p.157)

As reformas que propõe e executa são, no entendimento de Agustina Bessa-Luís, assim como ele: limitadas no seu alcance e nas mudanças de base que provoca.